



Conselho da Corrupção analisa venda da EDP

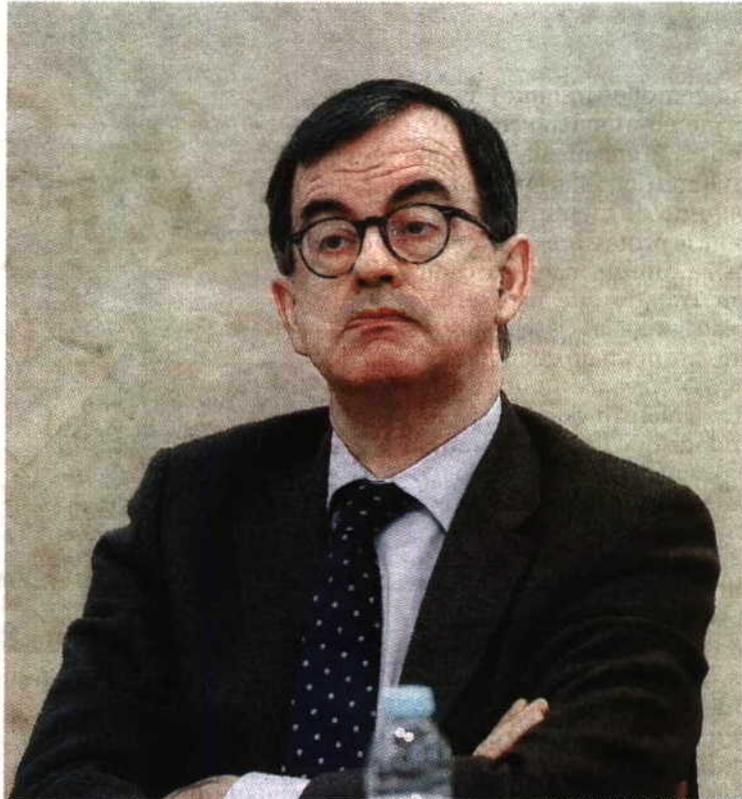
Reunião. Guilherme d'Oliveira Martins pede processos com rigor

CARLOS RODRIGUES LIMA

O Presidente do Tribunal de Contas (TC) mostrou-se, ontem, muito satisfeito com a reunião entre o Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), a que preside, e com a Comissão Especial de Acompanhamento do processo de privatização da EDP, estrutura criada pelo governo. "Foi uma reunião muito profícua, uma vez que foi possível retirar bons ensinamentos para o futuro, além de passarmos a dispor de elementos muito pertinentes visando a prevenção da corrupção", afirmou Guilherme d'Oliveira Martins.

De acordo com informações recolhidas pelo DN, o CPC inteirou-se do desenvolvimento do processo de reprivatização da EDP, cujo vencedor foi a empresa chinesa Three Gorges, na perspetiva da prevenção da corrupção e infrações conexas e da salvaguarda da transparência no respetivo desenvolvimento. A Comissão Especial, liderada pela professora Fátima Barros, prestou, segundo fonte contactada, informação detalhada sobre as matérias da competência do CPC.

Em declarações anteriores, e em entrevista ao DN, Guilherme d'Oliveira Martins tinha alertado para a necessidade de um acompanhamento permanente do processo. "É indispensável que os processos de privatizações sejam acompanhados de muito rigor. Deve haver planos de prevenção



FERNANDO FONTES/GLOBAL IMAGENS

"Não se deve correr atrás das receitas imediatas"

de riscos, porque estes processos envolvem sempre riscos", afirmou.

"Deve haver total transparência" nos processos de privatização, afirmou o presidente do TC. Essa transparência passa por uma "definição dos objetivos" e pela "avaliação dos resultados". Oliveira Martins apelou ainda para que as privatizações não sejam norteadas pelas exigências da crise atual, mas sim por um planeamento de longo prazo: "Não se deve correr

atrás das receitas imediatas ou do que imediatamente dê mais recursos." O CPC procurou também obter indicações circunstanciadas sobre as boas práticas a aplicar no futuro visando a prevenção da corrupção e infrações conexas.

Oliveira Martins considerou ainda positiva a experiência da comissão especial de acompanhamento e reafirmou empenhamento no aperfeiçoamento das medidas de prevenção e transparência.